

**Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a
financeirização e a racionalidade neoliberal**

**Plataformización del trabajo: entre dataficación,
financiarización y racionalidad neoliberal**

**Platformization of labor: datafication, financialization and
neoliberal rationality**

Rafael Grohmann

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)

Contato: rafael-ng@uol.com.br

Artigo submetido em: 20.09.2019

Aprovado em: 02.11.2019

Resumo

O artigo busca teorizar sobre a plataformação do trabalho a partir de sua imbricação entre a financeirização, a dataficação e a racionalidade neoliberal. Para tanto, discute: a) algoritmos, dados e plataformas tanto envolvidos em suas lógicas próprias quanto enredados pela financeirização e pela dataficação; b) a plataformação do trabalho e o trabalho mediado por plataformas com suas características e clivagens; c) a gestão algorítmica do trabalho como elemento central da plataformação do trabalho enquanto encontro de dataficação e racionalidade neoliberal; d) alternativas ao cenário atual do trabalho mediado por plataformas como tentativas de atenuar ou enfrentar a racionalidade empreendedora do trabalho mediado por plataformas.

Palavras-chave: Plataformação do trabalho. Dataficação. Trabalho digital

Resumen

El artículo busca teorizar acerca de la plataformación del trabajo a partir de su imbricación entre financiarización, dataficación y racionalidad neoliberal. Con este fin, analiza: a) algoritmos, datos y plataformas involucrados tanto en su propia lógica como enredados por la financiarización y la dataficación; b) plataformación del trabajo y trabajo mediado por plataformas con sus características, divisiones y características; c) gestión algorítmica del trabajo como elemento central de la plataforma de trabajo y como reunión de dataficación y racionalidad neoliberal; d) alternativas al escenario actual del trabajo mediado por plataformas como intentos de mitigar o enfrentar la racionalidad emprendedora del trabajo mediado por plataformas.

Palabras clave: Plataformación del trabajo. Datificación. Trabajo digital.

Abstract

The article aims to theorize about platformization of labor from its relations with financialization, datafication and neoliberal rationality. Thus, we discuss: a) algorithms, data and platforms involved both in their own logic and entangled by financialization and datafication; b) platformization of labor and platform labor with their characteristics and characteristics; c) algorithmic work management as a central element of the platform labor and as a meeting between datafication and neoliberal rationality; d) alternatives to the current scenario of platform labor as attempts to mitigate or face the entrepreneurial rationality of platform labor.

Keywords: Platformization of labor. Datafication. Digital Labor.



Introdução

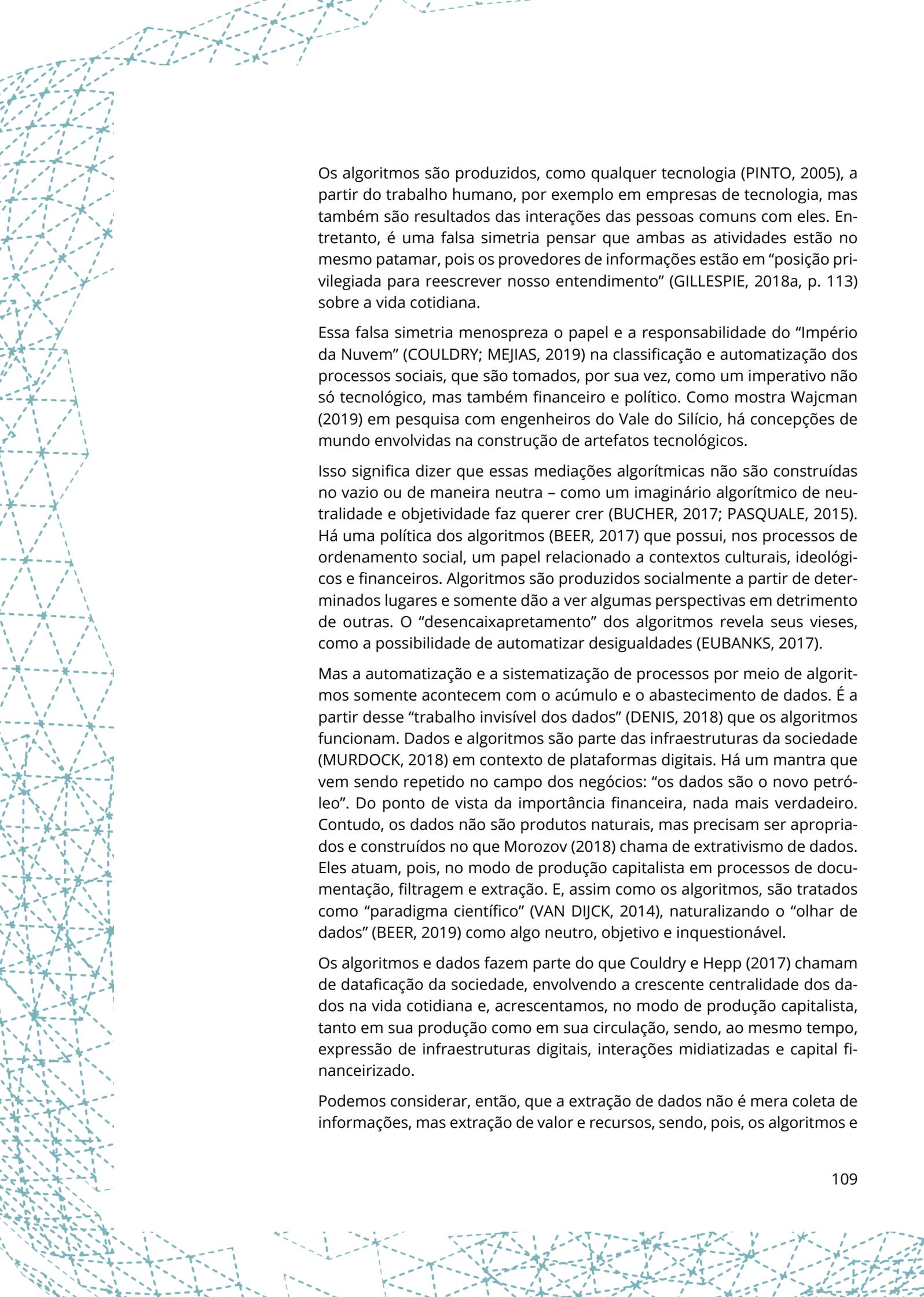
“Meu chefe é um aplicativo”; “Você não tem um chefe na sua orelha, mas um celular na sua cabeça”. Expressões como essas – retiradas respectivamente das pesquisas de Rosenblat (2018) e Poier (2018) – evidenciam como o trabalho mediado por plataformas tanto obedece a lógicas algorítmicas quanto expressa modos de acumulação de riqueza e parte de uma racionalidade que sustenta politicamente o capitalismo. Os algoritmos são, por um lado, parte crucial de novos mecanismos de gerenciamento e controle do trabalho, mas, por outro, não podem ser explicados apenas em volta de si mesmos, sem considerar a imbricação financeirização-dataficação em meio à totalização de uma racionalidade neoliberal empreendedora (DARDOT; LAVAL, 2016).

A literatura recente sobre plataformas digitais, com trabalhos como os de Valente (2019), Van Dijck, Poell e De Waal (2018), Gillespie (2018b) e Couldry e Mejias (2019), dedica espaço a discutir seus impactos nos processos produtivos e nas relações de trabalho. Não obstante, os autores ressaltam que o mundo do trabalho é apenas um dos aspectos dentre outros possíveis que configuram a pesquisa em plataformas, como legislação, concorrência e mecanismos de discriminação (EUBANKS, 2017; NOBLE, 2018), embora esses elementos estejam interconectados.

O presente artigo tem por objetivo teorizar sobre a plataformização do trabalho a partir de sua imbricação entre a financeirização, a dataficação e a racionalidade neoliberal. Para tanto, discute: a) algoritmos, dados e plataformas tanto envolvidos em suas lógicas próprias quanto enredados pela financeirização e pela dataficação; b) a plataformização do trabalho e o trabalho mediado por plataformas com suas tipologias e características; c) a gestão algorítmica do trabalho como elemento central da plataformização do trabalho enquanto encontro de dataficação e racionalidade neoliberal; d) as alternativas ao cenário atual do trabalho mediado por plataformas como tentativas de atenuação ou enfrentamento da imbricação financeirização-dataficação.

Algoritmos, dados e plataformas

Um algoritmo é uma unidade básica da área de computação voltado à resolução de problemas, um conjunto automatizado de instruções (VAN DIJCK; POELL; DE WALL, 2018) que transforma “dados em resultados desejados” (GILLESPIE, 2018a, p. 97). Embora a noção de algoritmo seja mais antiga que a de um computador, as lógicas algorítmicas passaram progressivamente, nos últimos trinta anos, a governar mais dimensões da vida social e comunicacional a partir do que Gillespie (2018a) chama de “algoritmos de relevância pública”. Dessa forma, as relações com trânsito, alimentação, transporte, amor e trabalho passam também por mediações algorítmicas.



Os algoritmos são produzidos, como qualquer tecnologia (PINTO, 2005), a partir do trabalho humano, por exemplo em empresas de tecnologia, mas também são resultados das interações das pessoas comuns com eles. Entretanto, é uma falsa simetria pensar que ambas as atividades estão no mesmo patamar, pois os provedores de informações estão em “posição privilegiada para reescrever nosso entendimento” (GILLESPIE, 2018a, p. 113) sobre a vida cotidiana.

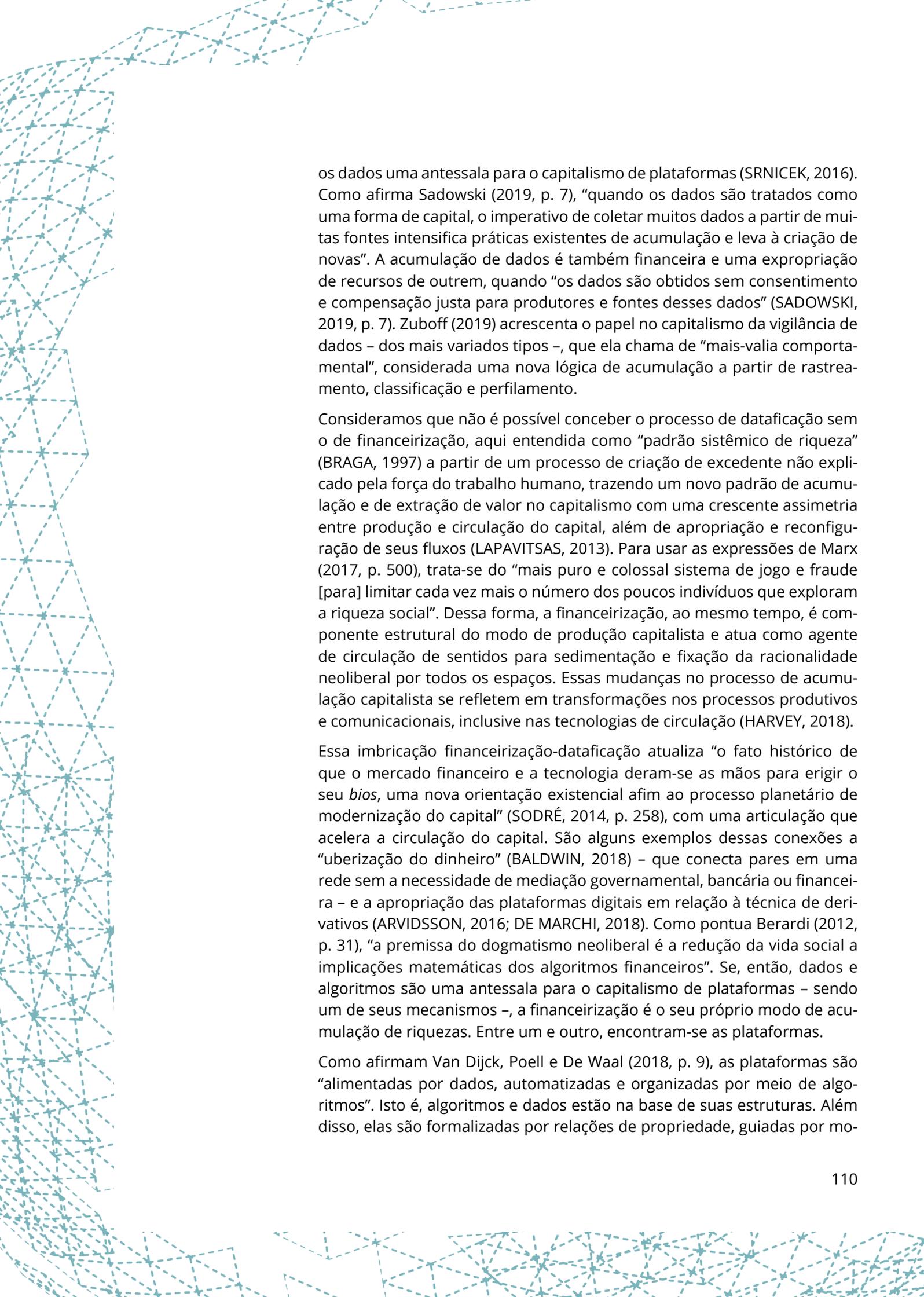
Essa falsa simetria menospreza o papel e a responsabilidade do “Império da Nuvem” (COULDRY; MEJIAS, 2019) na classificação e automatização dos processos sociais, que são tomados, por sua vez, como um imperativo não só tecnológico, mas também financeiro e político. Como mostra Wajcman (2019) em pesquisa com engenheiros do Vale do Silício, há concepções de mundo envolvidas na construção de artefatos tecnológicos.

Isso significa dizer que essas mediações algorítmicas não são construídas no vazio ou de maneira neutra – como um imaginário algorítmico de neutralidade e objetividade faz querer crer (BUCHER, 2017; PASQUALE, 2015). Há uma política dos algoritmos (BEER, 2017) que possui, nos processos de ordenamento social, um papel relacionado a contextos culturais, ideológicos e financeiros. Algoritmos são produzidos socialmente a partir de determinados lugares e somente dão a ver algumas perspectivas em detrimento de outras. O “desencaixapretamento” dos algoritmos revela seus vieses, como a possibilidade de automatizar desigualdades (EUBANKS, 2017).

Mas a automatização e a sistematização de processos por meio de algoritmos somente acontecem com o acúmulo e o abastecimento de dados. É a partir desse “trabalho invisível dos dados” (DENIS, 2018) que os algoritmos funcionam. Dados e algoritmos são parte das infraestruturas da sociedade (MURDOCK, 2018) em contexto de plataformas digitais. Há um mantra que vem sendo repetido no campo dos negócios: “os dados são o novo petróleo”. Do ponto de vista da importância financeira, nada mais verdadeiro. Contudo, os dados não são produtos naturais, mas precisam ser apropriados e construídos no que Morozov (2018) chama de extrativismo de dados. Eles atuam, pois, no modo de produção capitalista em processos de documentação, filtragem e extração. E, assim como os algoritmos, são tratados como “paradigma científico” (VAN DIJCK, 2014), naturalizando o “olhar de dados” (BEER, 2019) como algo neutro, objetivo e inquestionável.

Os algoritmos e dados fazem parte do que Couldry e Hepp (2017) chamam de dataficação da sociedade, envolvendo a crescente centralidade dos dados na vida cotidiana e, acrescentamos, no modo de produção capitalista, tanto em sua produção como em sua circulação, sendo, ao mesmo tempo, expressão de infraestruturas digitais, interações mediatizadas e capital financeirizado.

Podemos considerar, então, que a extração de dados não é mera coleta de informações, mas extração de valor e recursos, sendo, pois, os algoritmos e

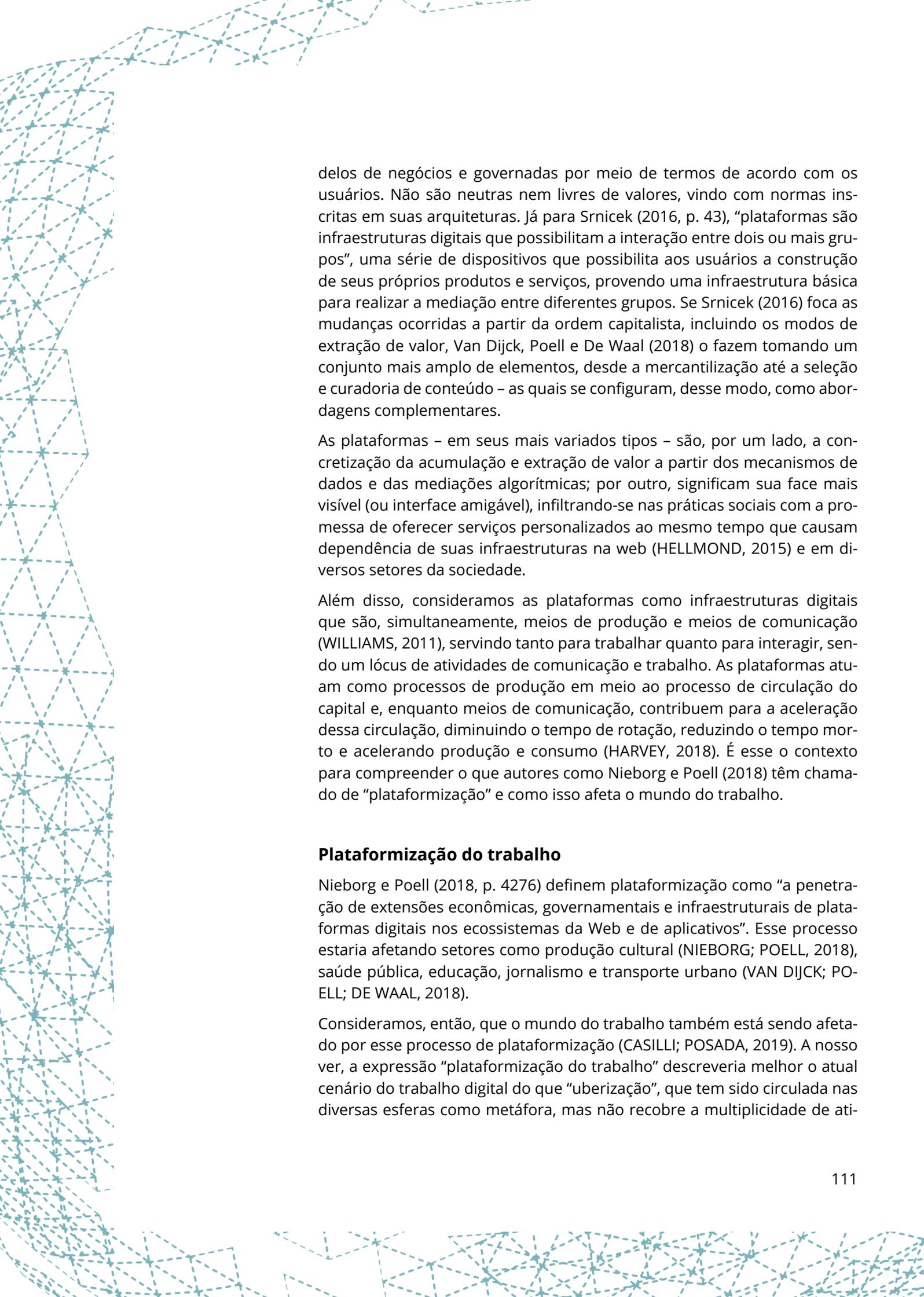


os dados uma antessala para o capitalismo de plataformas (SRNICEK, 2016). Como afirma Sadowski (2019, p. 7), “quando os dados são tratados como uma forma de capital, o imperativo de coletar muitos dados a partir de muitas fontes intensifica práticas existentes de acumulação e leva à criação de novas”. A acumulação de dados é também financeira e uma expropriação de recursos de outrem, quando “os dados são obtidos sem consentimento e compensação justa para produtores e fontes desses dados” (SADOWSKI, 2019, p. 7). Zuboff (2019) acrescenta o papel no capitalismo da vigilância de dados – dos mais variados tipos –, que ela chama de “mais-valia comportamental”, considerada uma nova lógica de acumulação a partir de rastreamento, classificação e perfilamento.

Consideramos que não é possível conceber o processo de dataficação sem o de financeirização, aqui entendida como “padrão sistêmico de riqueza” (BRAGA, 1997) a partir de um processo de criação de excedente não explicado pela força do trabalho humano, trazendo um novo padrão de acumulação e de extração de valor no capitalismo com uma crescente assimetria entre produção e circulação do capital, além de apropriação e reconfiguração de seus fluxos (LAPAVITSAS, 2013). Para usar as expressões de Marx (2017, p. 500), trata-se do “mais puro e colossal sistema de jogo e fraude [para] limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social”. Dessa forma, a financeirização, ao mesmo tempo, é componente estrutural do modo de produção capitalista e atua como agente de circulação de sentidos para sedimentação e fixação da racionalidade neoliberal por todos os espaços. Essas mudanças no processo de acumulação capitalista se refletem em transformações nos processos produtivos e comunicacionais, inclusive nas tecnologias de circulação (HARVEY, 2018).

Essa imbricação financeirização-dataficação atualiza “o fato histórico de que o mercado financeiro e a tecnologia deram-se as mãos para erigir o seu *bios*, uma nova orientação existencial afim ao processo planetário de modernização do capital” (SODRÉ, 2014, p. 258), com uma articulação que acelera a circulação do capital. São alguns exemplos dessas conexões a “uberização do dinheiro” (BALDWIN, 2018) – que conecta pares em uma rede sem a necessidade de mediação governamental, bancária ou financeira – e a apropriação das plataformas digitais em relação à técnica de derivativos (ARVIDSSON, 2016; DE MARCHI, 2018). Como pontua Berardi (2012, p. 31), “a premissa do dogmatismo neoliberal é a redução da vida social a implicações matemáticas dos algoritmos financeiros”. Se, então, dados e algoritmos são uma antessala para o capitalismo de plataformas – sendo um de seus mecanismos –, a financeirização é o seu próprio modo de acumulação de riquezas. Entre um e outro, encontram-se as plataformas.

Como afirmam Van Dijck, Poell e De Waal (2018, p. 9), as plataformas são “alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos”. Isto é, algoritmos e dados estão na base de suas estruturas. Além disso, elas são formalizadas por relações de propriedade, guiadas por mo-



delos de negócios e governadas por meio de termos de acordo com os usuários. Não são neutras nem livres de valores, vindo com normas inscritas em suas arquiteturas. Já para Srnicek (2016, p. 43), “plataformas são infraestruturas digitais que possibilitam a interação entre dois ou mais grupos”, uma série de dispositivos que possibilita aos usuários a construção de seus próprios produtos e serviços, provendo uma infraestrutura básica para realizar a mediação entre diferentes grupos. Se Srnicek (2016) foca as mudanças ocorridas a partir da ordem capitalista, incluindo os modos de extração de valor, Van Dijck, Poell e De Waal (2018) o fazem tomando um conjunto mais amplo de elementos, desde a mercantilização até a seleção e curadoria de conteúdo – as quais se configuram, desse modo, como abordagens complementares.

As plataformas – em seus mais variados tipos – são, por um lado, a concretização da acumulação e extração de valor a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro, significam sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados ao mesmo tempo que causam dependência de suas infraestruturas na web (HELLMOND, 2015) e em diversos setores da sociedade.

Além disso, consideramos as plataformas como infraestruturas digitais que são, simultaneamente, meios de produção e meios de comunicação (WILLIAMS, 2011), servindo tanto para trabalhar quanto para interagir, sendo um locus de atividades de comunicação e trabalho. As plataformas atuam como processos de produção em meio ao processo de circulação do capital e, enquanto meios de comunicação, contribuem para a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação, reduzindo o tempo morto e acelerando produção e consumo (HARVEY, 2018). É esse o contexto para compreender o que autores como Nieborg e Poell (2018) têm chamado de “plataformização” e como isso afeta o mundo do trabalho.

Plataformização do trabalho

Nieborg e Poell (2018, p. 4276) definem plataformização como “a penetração de extensões econômicas, governamentais e infraestruturais de plataformas digitais nos ecossistemas da Web e de aplicativos”. Esse processo estaria afetando setores como produção cultural (NIEBORG; POELL, 2018), saúde pública, educação, jornalismo e transporte urbano (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Consideramos, então, que o mundo do trabalho também está sendo afetado por esse processo de plataformização (CASILLI; POSADA, 2019). A nosso ver, a expressão “plataformização do trabalho” descreveria melhor o atual cenário do trabalho digital do que “uberização”, que tem sido circulada nas diversas esferas como metáfora, mas não recobre a multiplicidade de ati-



1. Entendido, para fins deste artigo, como sinônimo de “trabalho mediado por plataformas” ou “trabalho de plataforma”.

vidades de trabalho mediadas por plataformas além da própria Uber, pois há variedade de lógicas de extração de valor (SRNICEK, 2016) e características de trabalho (CASILLI, 2019; GRAHAM; WOODCOCK, 2018). As pesquisas sobre o tema no Brasil, como as de Fontes (2017), Romero (2017) e Kalil (2019), confirmam a centralidade da Uber, mas isso pode contribuir com a invisibilização de uma miríade de atividades de trabalho envolvidas em plataformas digitais – à exceção de parte da pesquisa de Kalil (2019), que também investigou trabalhadores brasileiros da Amazon Mechanical Turk.

Em vez da “uberização”, então, trata-se de pensar a plataformização do trabalho como a dependência que trabalhadores e consumidores passam a ter das plataformas digitais – com suas lógicas algorítmicas, dataficadas e financeirizadas – em meio a mudanças que envolvem a intensificação da flexibilização de relações e contratos de trabalho e o imperativo de uma racionalidade empreendedora (DARDOT; LAVAL, 2016) como vias de justificação dos modos de ser e aparecer do capital. Podemos dizer, seguindo Valente (2019, p. 177), que “as plataformas criam formas de potencialização da subsunção do trabalho intelectual”.

Van Doorn (2017) define o trabalho de plataforma como as atividades de trabalho que são mediadas, organizadas e governadas por meio de plataformas digitais. Tem, portanto, uma definição mais restrita do que a de Fuchs e Sandoval (2014), para quem todas as atividades de trabalho atualmente envolvem uma faceta digital. Se, por um lado, essa última definição nos dá a ver como ocorrem as cadeias globais de produção, por outro sua amplitude não nos deixa compreender as especificidades das atividades de trabalho. Casilli (2019) segue na mesma direção de Van Doorn (2017) ao conceber o trabalho digital¹ como tarefas realizadas por pessoas que produzem valor para as plataformas a partir do cumprimento de contratos – nem sempre vistos como tais. São atividades marcadas por parassubordinação tecnológica e submetidas à medição de rendimento.

Ocorre que o trabalho mediado por plataformas não acontece no abstrato, mas a partir de diferentes formas de apropriações de valor, a depender tanto das características das plataformas de trabalho quanto de clivagens de gênero, raça e território (VAN DOORN, 2017; RAVENELLE, 2019), a exemplo do trabalho migrante. Se a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2018) não é uniforme em sua composição, sendo, por definição, complexa e heterogênea, isso não seria diferente com o trabalho digital.

Isso nos ajuda a localizar espacial e socialmente as atividades de trabalho frente às cadeias globais de valor e a perceber como essas desigualdades conformam a plataformização do trabalho. Como ressalta Casilli (2019), no Sul Global muitas vezes o trabalho mediado por plataformas se apresenta como única alternativa possível de “trabalho do futuro”. Na Europa e nos Estados Unidos, o cenário atual do trabalho digital é inserido no contexto da *gig economy*, a economia dos bicos, intensificada desde a crise econômica

2. Isso nos leva a questões como: o que há de especificamente brasileiro e latino-americano no trabalho de plataforma? Pretendemos levar a cabo essa discussão futuramente.

3. Não utilizamos a classificação de Srnicek (2016), pois ela não foi pensada especificamente para plataformas de trabalho.

4. Isso envolve tarefas como reconhecimento de fotos, validação de banco de dados, escrita de metadados e descrição de produtos, transcrições de áudio e moderação de conteúdo nas mídias sociais, como mostra Sarah Roberts (2019).

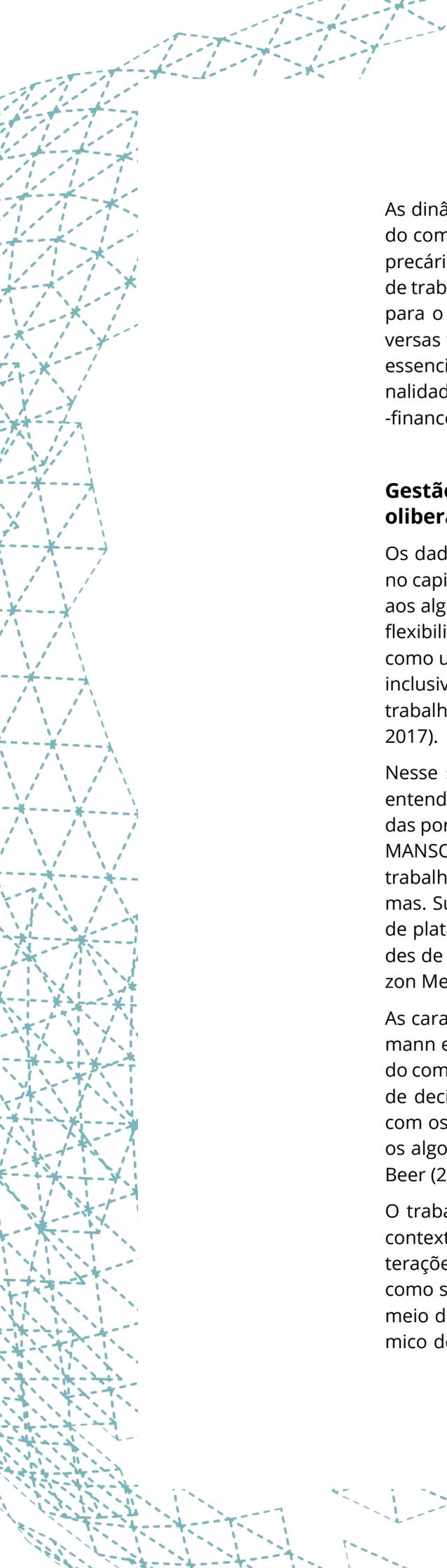
5. Autores como Broussard (2018), Casilli (2019) e Dyer-Witheford, Kjoson e Steinhoff (2019) têm questionado o alcance e a potência da chamada "inteligência artificial geral", seja para cenários muito otimistas, seja para os catastróficos. Como afirma Broussard (2018), o que se chama de inteligência artificial em funcionamento tem alcances muito limitados perto do que se espera dela, dependendo de um arsenal de dados e de trabalho humano para poder automatizar decisões. Na Alemanha, o Atlas da Automação (MATZAT, 2019) afirma ser preferível chamar isso de "tomada de decisões baseadas em algoritmos a partir de aprendizado de máquina".

de 2008 (HUWS et al., 2019). Contudo, na América Latina e especificamente no Brasil², o bico, a viração, o trabalho informal foram historicamente a norma, não a exceção (RIZEK, 2006), atuando como maneiras de gestão de sobrevivência da classe trabalhadora. Isto é, de certa forma a plataformização do trabalho aprofunda o "privilégio da servidão" no "continente do labor" (ANTUNES, 2018).

Há, dessa maneira, espacialidades e geografias do trabalho mediado por plataformas, com demanda concentrada e oferta dispersa geograficamente, com uma divisão internacional do trabalho digital (FUCHS; SANDOVAL, 2014). Como afirmam Graham e Anwar (2019), as plataformas implantam um mercado de trabalho que tem possibilidade de operar em escala planetária e ajudam as empresas "a operar de forma ilimitada, e permitem que reconfigurem a geografia de suas redes de produção por um custo quase zero. [Já] os trabalhadores podem vender sua força de trabalho globalmente, mas ainda estão presos aos locais onde vão dormir todas as noites" (GRAHAM; ANWAR, 2019). Isto é, a circulação e a extração de valor do trabalho por meio de plataformas se dão de formas desiguais em diferentes países e regiões, com lógicas de classe e obedecendo aos parâmetros da financeirização-dataficação global.

Portanto, o trabalho mediado por plataformas: a) é situado a partir de mediações de gênero, raça e território, entre outros marcadores sociais e interseccionais, com diferenças de apropriação de valor; b) não pode ser resumido ao trabalho na Uber. Daí é possível pensar em tipologias de plataformas de trabalho. A partir das classificações propostas por Scholz (2016), Schmidt (2017), Graham e Woodcock (2018) e Casilli (2019)³, chegamos aos seguintes tipos de plataformas de trabalho: i) plataformas que requerem o trabalhador em uma localização específica (como iFood, Rappi, Uber, Deliveroo), as mais conhecidas do cenário do trabalho digital; ii) plataformas de microtrabalho ou *crowdwork* (como Amazon Mechanical Turk, PiniOn, MicroWorkers), marcadas principalmente pelo trabalho de treinar dados⁴ para a chamada "inteligência artificial"⁵; iii) plataformas *freelance*, de *clouddwork* ou macrotrabalho (como GetNinjas, WeDoLogos, Freelancer, iPres-tador, Fiver, 99Designs), que reúnem tarefas desde pintura e passeio com animais até design e programação.

Cada um desses tipos revela diferentes relações com o trabalho mediado por plataformas, com possibilidades distintas de condições de trabalho (e perfis de trabalhadores, a partir de marcadores sociais), processos produtivos, apropriação de valor, gestão algorítmica do trabalho e formas de controle do trabalhador. Isso não quer dizer que, dentro de cada tipologia, haja uniformidade ou homogeneidade, pois, por exemplo, plataformas de trabalho doméstico (como TaskRabbit e Care.com) apresentam uma característica majoritariamente feminina (HARTMANN et al., 2019). Dessa forma, a tipologia se apresenta como uma pista para o início de investigações.



As dinâmicas de plataformização do trabalho em geral envolvem, de acordo com relatório de Huws et al. (2019) sobre 13 países europeus, trabalho precário, redução da autonomia do trabalhador (em geral, não chamado de trabalhador, mas de “contratado independente”) e flexibilidade somente para o empregador. Dessa forma, podemos considerar que, em suas diversas tipologias, a plataformização do trabalho combina duas dimensões essenciais: a dataficação das atividades de trabalho e a totalização da racionalidade neoliberal – enquanto elementos interconectados de dataficação-financeirização, os quais abordaremos em seguida.

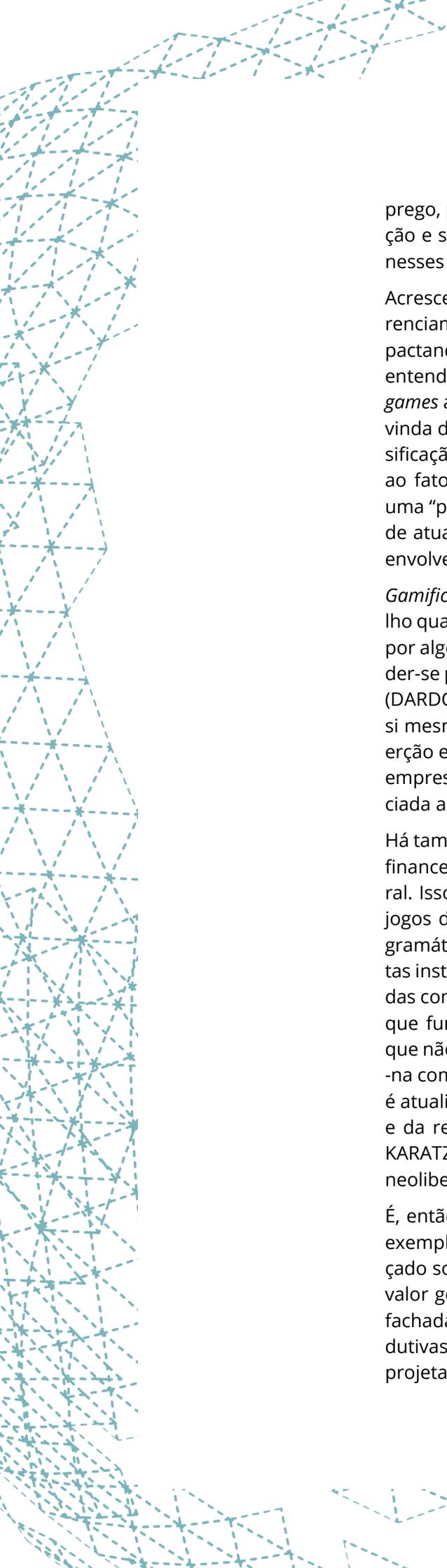
Gestão algorítmica do trabalho: dataficação e racionalidade neoliberal

Os dados, como mostra Srnicek (2016, p. 41-42), cumprem funções-chave no capitalismo de plataformas, como “formar e dar vantagens competitivas aos algoritmos, permitir a terceirização dos trabalhadores e a otimização e flexibilidade dos processos produtivos”. Dessa maneira, a dataficação age como um mecanismo de gestão e controle do trabalho, que é componente inclusive de uma lógica de acumulação a partir da usurpação dos dados dos trabalhadores, que são, a um só tempo, capital fixo e circulante (FUCHS, 2017).

Nesse sentido, é central compreender a gestão algorítmica do trabalho, entendida como “práticas de supervisão, governança e controle conduzidas por algoritmos em trabalhadores de forma remota” (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017, p. 4), com os algoritmos reconfigurando as atividades de trabalho e sendo componente crucial do trabalho mediado por plataformas. Suas formas de pressão e controle são distintas, a depender do tipo de plataforma de trabalho, com especificidades, por exemplo, nas atividades de um entregador do iFood e nas de um “limpador de dados” na Amazon Mechanical Turk (GRAY; SURI, 2019).

As características da gestão algorítmica do trabalho, de acordo com Möhlmann e Zalmansson (2017), são: a) rastreamento e avaliação permanentes do comportamento e do desempenho dos trabalhadores; b) automatização de decisões por meio de algoritmos; c) menor transparência algorítmica, com os trabalhadores não tendo acesso ao conjunto de regras que regem os algoritmos, de acordo com o que discutimos anteriormente a partir de Beer (2017, 2019) e Gillespie (2018a).

O trabalho vigiado, como mostram Couldry e Mejias (2019), faz parte do contexto da gestão algorítmica do trabalho, com o monitoramento de interações dos trabalhadores, agendamentos de atividades de trabalho tidas como smart e o gerenciamento do comportamento dos trabalhadores por meio de dados. Já a automatização de decisões no gerenciamento algorítmico do trabalho afeta inclusive os trabalhadores em situação de desem-



prego, pois há a intensificação da automatização dos sistemas de contratação e seleção de trabalhadores, com vieses algorítmicos de gênero e raças nesses processos (EUBANKS, 2017).

Acrescentamos como aspectos da gestão algorítmica do trabalho: a) o gerenciamento de dados e metadados por meio de plataformas globais impactando trabalhadores e legislações locais; b) a *gamificação* do trabalho, entendida a partir de Woodcock (2019) como a aplicação de elementos de *games* a partir de imperativos da área de negócios, como uma “gamificação vinda de cima” que redesenha temporalidades e espacialidades; c) a intensificação das sensações de autonomia/independência no trabalho em meio ao fato de o chefe ser supostamente um “sistema”, um “aplicativo”, não uma “pessoa”, isto é, o imaginário algorítmico de neutralidade e objetividade atua em forte relação com o ideário neoliberal de empreendedorismo envolvendo gestão de desempenho, eficácia e lógicas de avaliação.

Gamificação e rastreamento permanente são a concretização de um trabalho quantificado a partir de métricas de *performance* e desempenho geridas por algoritmos, com as técnicas de gestão indo além de o sujeito “transcender-se pela empresa” ou “motivar-se cada vez mais para satisfazer o cliente” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331). Trata-se do transcender-se e motivar-se por si mesmo a partir de suas próprias métricas, com mecanismos de autocorção e autoculpabilização vistos como espírito empreendedor e o ideal de empresa de si mesmo. É a “nova razão do mundo” automatizada – gerenciada a partir de lógicas algorítmicas e financeiras.

Há também uma gramática do capital em circulação que é braço-auxiliar da financeirização e da dataficação como face visível da racionalidade neoliberal. Isso se dá a partir da sedimentação e da cristalização de sentidos em jogos de repetição e reatualização, como verdadeiros “mantras” em uma gramática legitimadora dos modos de ser e aparecer do capital nas distintas instâncias da vida social. São prescrições que, ao circularem, são colocadas como totalizantes e tomadas como naturais. A partir de palavras-chave que funcionam como “palavras de ordem”, vão-se costurando narrativas que não só justificam a racionalidade neoliberal, mas também apresentam-na como a única possível, em um “realismo capitalista” (FISHER, 2011). Isso é atualizado a partir de uma “ideologia do Vale do Silício” (SCHRADIE, 2017) e da retórica capitalista sobre a economia de plataforma (CODAGNONE; KARATZOGIANNI; MATTHEWS, 2019) enquanto imagens da racionalidade neoliberal.

É, então, a partir da sedimentação desses sentidos que se naturaliza, por exemplo, o fato de uma “empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado [...] apropriar-se do mais valor gerado pelos serviços dos motoristas” (ANTUNES, 2018, p. 35) sob a fachada de um aplicativo. São modos de legitimar as reorganizações produtivas do capital a partir de oligopólios tecnológicos e suas plataformas, projetando sentidos cristalizados de “disrupção” e “imagem exemplar”.

6. Não é nosso objetivo aqui aprofundar esses três movimentos, que serão discutidos em texto específico sobre isso.

7. Não tratamos aqui de movimentos mais amplos rumo à regulação democrática das plataformas digitais, como o documento lançado pelo Intervozes no segundo semestre de 2019. (PALLERO, J. et al. Contribuições para uma regulação democrática das grandes plataformas que garanta a liberdade de expressão na internet. [S.l.]: Intervozes, 2019. Disponível em: <https://www.observacom.org/wp-content/uploads/2019/08/> Acesso em: 19 set. 2019).

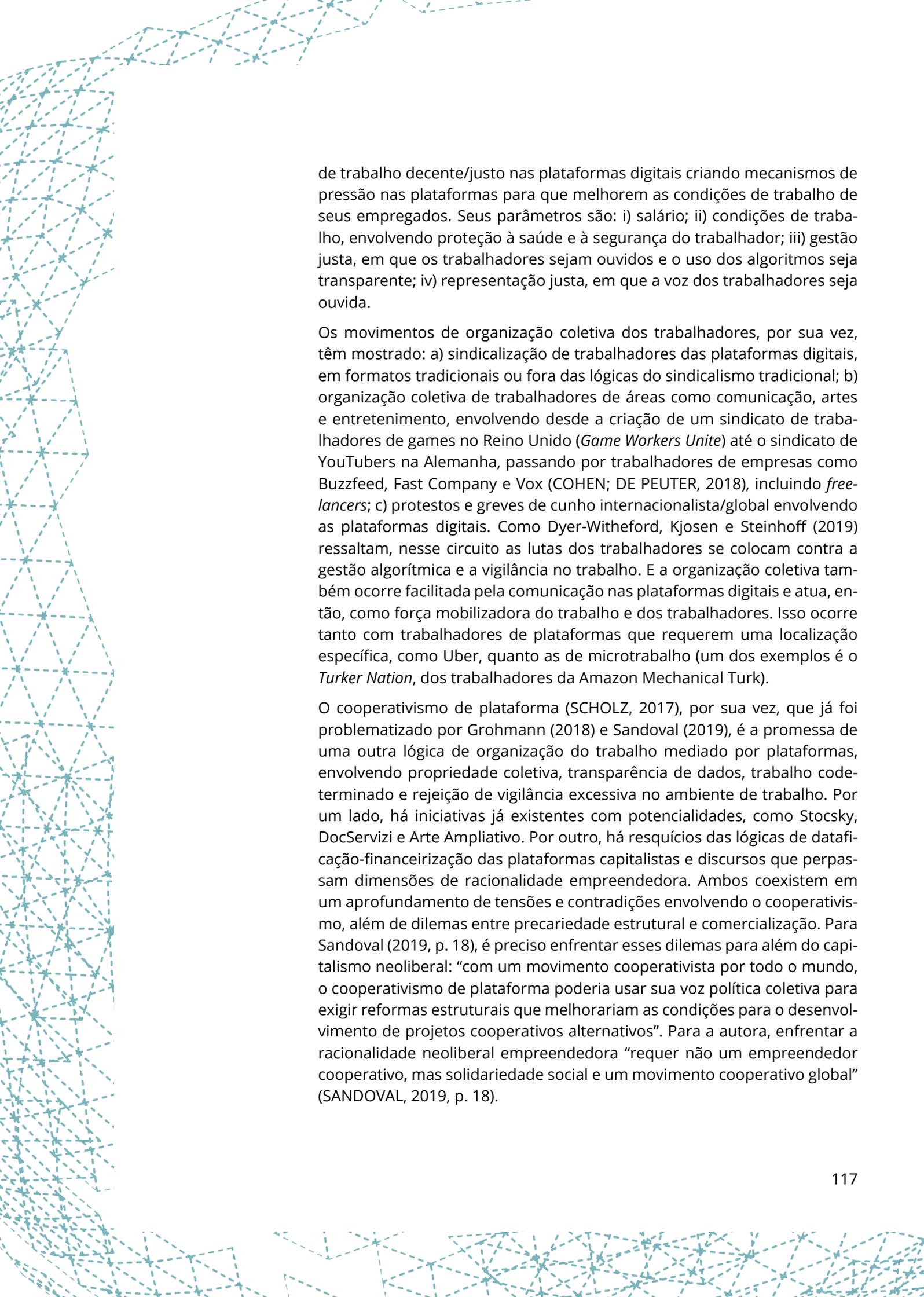
8. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Decent work. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm>. Acesso em: 19 set. 2019.

Falar em uma totalização da racionalidade neoliberal significa, por um lado, um espraiamento de seu modo de pensar e agir por todas as instâncias da vida cotidiana, materializado também no trabalho mediado por plataformas (enquanto articulações entre dataficação e financeirização), minando, então, possibilidades de resistências e projetos alternativos de sociedade que não passem, em certa medida, pela circulação do capital e por mecanismos de racionalidade neoliberal. Como diz Brown (2016, p. 103), “o triunfo neoliberal do *homo economicus* como a figura exaustiva do humano está minando as práticas e o imaginário da democracia, vencendo o sujeito que governa a si mesmo através da autonomia moral”. Consideramos, então, que as alternativas ao atual cenário do trabalho de plataforma têm se colocado mais como uma tentativa de atenuação à lógica de dataficação-financeirização, pois podem conviver pacificamente com esses processos. Como afirma Brown (2016), as políticas econômicas neoliberais podem até estagnar, mas os efeitos da racionalidade neoliberal ainda assim estariam acelerados, motivo pelo qual mesmo opositores de tais políticas econômicas podem também “organizar-se por meio da racionalidade neoliberal” (BROWN, 2016, p. 280).

Alternativas?

Consideramos que há três principais movimentos de construção de alternativas ao cenário contemporâneo do trabalho mediado por plataformas: a) a regulação do trabalho nas plataformas digitais; b) a organização coletiva dos trabalhadores; c) a construção de outras lógicas de organização do trabalho, como o cooperativismo de plataforma⁶. São tentativas de atenuar o esfacelamento da classe trabalhadora frente ao capitalismo de plataformas. Isso significa dizer, por um lado, que a “circulação das lutas” (DYER-WITHEFORD, 2015) não deixa de existir. As lutas no âmbito da circulação do capital, para Harvey (2018, p. 56), tanto “constrangem quanto facilitam certas formas de pensamento e ação”. Por outro, os constrangimentos e limites dessas lutas encontram os tentáculos da racionalidade neoliberal, podendo ocorrer cooptações e reapropriações: são as tensões e contradições da organização do trabalho em meio à plataformização. Assim, ao apontar os limites desses movimentos não estamos minimizando-os, mas, como afirma Sandoval (2019), colocamos a possibilidade de oferecer uma crítica solidária ao encarar tensões e ambivalências.

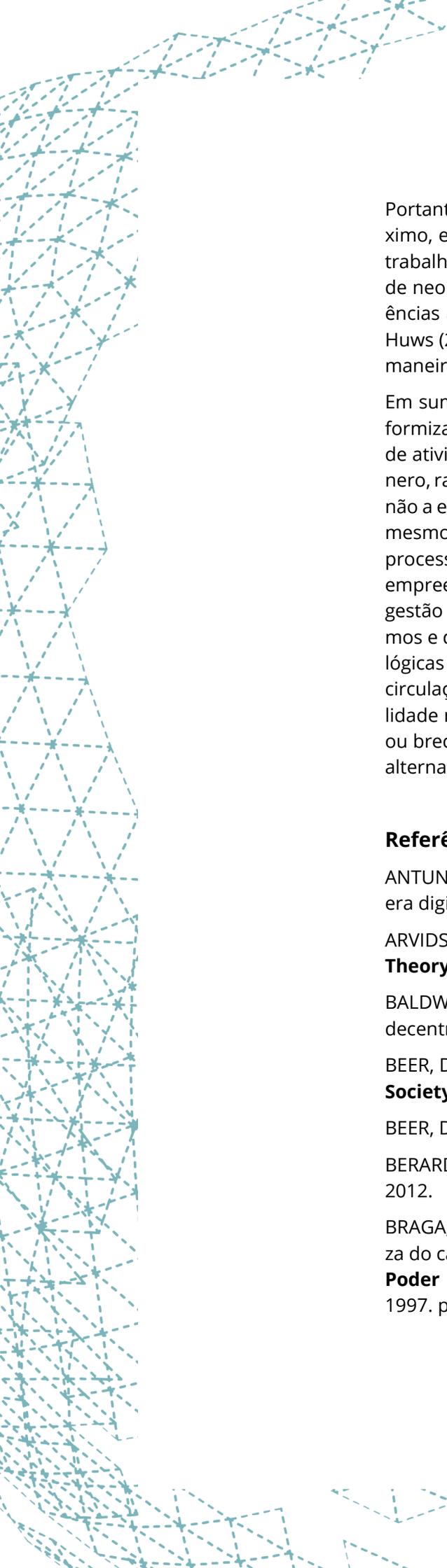
Os movimentos em torno da regulação do trabalho⁷ passam por: a) regularizar os trabalhadores de plataformas digitais como empregados das corporações, que insistem em chamá-los de “autônomos”; b) estabelecer diretrizes para trabalho decente nas plataformas digitais a partir principalmente de parâmetros da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸. Como um exemplo deste último movimento podemos destacar o projeto *FairWork* (GRAHAM; WOODCOCK, 2018), que pretende instituir indicadores



de trabalho decente/justo nas plataformas digitais criando mecanismos de pressão nas plataformas para que melhorem as condições de trabalho de seus empregados. Seus parâmetros são: i) salário; ii) condições de trabalho, envolvendo proteção à saúde e à segurança do trabalhador; iii) gestão justa, em que os trabalhadores sejam ouvidos e o uso dos algoritmos seja transparente; iv) representação justa, em que a voz dos trabalhadores seja ouvida.

Os movimentos de organização coletiva dos trabalhadores, por sua vez, têm mostrado: a) sindicalização de trabalhadores das plataformas digitais, em formatos tradicionais ou fora das lógicas do sindicalismo tradicional; b) organização coletiva de trabalhadores de áreas como comunicação, artes e entretenimento, envolvendo desde a criação de um sindicato de trabalhadores de games no Reino Unido (*Game Workers Unite*) até o sindicato de YouTubers na Alemanha, passando por trabalhadores de empresas como BuzzFeed, Fast Company e Vox (COHEN; DE PEUTER, 2018), incluindo *freelancers*; c) protestos e greves de cunho internacionalista/global envolvendo as plataformas digitais. Como Dyer-Witthof, Kjosén e Steinhoff (2019) ressaltam, nesse circuito as lutas dos trabalhadores se colocam contra a gestão algorítmica e a vigilância no trabalho. E a organização coletiva também ocorre facilitada pela comunicação nas plataformas digitais e atua, então, como força mobilizadora do trabalho e dos trabalhadores. Isso ocorre tanto com trabalhadores de plataformas que requerem uma localização específica, como Uber, quanto as de microtrabalho (um dos exemplos é o *Turker Nation*, dos trabalhadores da Amazon Mechanical Turk).

O cooperativismo de plataforma (SCHOLZ, 2017), por sua vez, que já foi problematizado por Grohmann (2018) e Sandoval (2019), é a promessa de uma outra lógica de organização do trabalho mediado por plataformas, envolvendo propriedade coletiva, transparência de dados, trabalho codeterminado e rejeição de vigilância excessiva no ambiente de trabalho. Por um lado, há iniciativas já existentes com potencialidades, como Stocsky, DocServizi e Arte Ampliativo. Por outro, há resquícios das lógicas de dataficação-financeirização das plataformas capitalistas e discursos que perpassam dimensões de racionalidade empreendedora. Ambos coexistem em um aprofundamento de tensões e contradições envolvendo o cooperativismo, além de dilemas entre precariedade estrutural e comercialização. Para Sandoval (2019, p. 18), é preciso enfrentar esses dilemas para além do capitalismo neoliberal: “com um movimento cooperativista por todo o mundo, o cooperativismo de plataforma poderia usar sua voz política coletiva para exigir reformas estruturais que melhorariam as condições para o desenvolvimento de projetos cooperativos alternativos”. Para a autora, enfrentar a racionalidade neoliberal empreendedora “requer não um empreendedor cooperativo, mas solidariedade social e um movimento cooperativo global” (SANDOVAL, 2019, p. 18).



Portanto, o que esses movimentos nos trazem são tentativas para, no máximo, enfrentar e, no mínimo, atenuar os impactos da plataformização do trabalho em seu combo dataficação-financeirização a partir da racionalidade neoliberal. Um maior enfrentamento, como deixam entrever as experiências acima, requer movimentos locais em escalas globais. Como afirma Huws (2014), novas formas de controle do trabalho também exigem novas maneiras de organização e resistência.

Em suma, ao longo do artigo procuramos argumentar que falar em plataformização do trabalho, em vez de uberização, é evidenciar a multiplicidade de atividades de trabalho e suas dinâmicas, considerando clivagens de gênero, raça e território, em um país onde os bicos/gig sempre foram a norma, não a exceção. Por sua vez, essa plataformização do trabalho se assenta, ao mesmo tempo, em bases tecnológicas, financeiras e políticas, a partir dos processos de dataficação e financeirização e da racionalidade neoliberal empreendedora. São as bases de sustentação pelas quais se estruturam a gestão algorítmica do trabalho e os tipos de controle daí advindos. Algoritmos e dados, com suas especificidades, atuam ao mesmo tempo com suas lógicas e modos de conhecer o mundo, e como expressões do capital em circulação, reconfigurando o mundo do trabalho. A totalização da racionalidade neoliberal dificulta ao máximo, mas não impede tentativas, fissuras ou brechas, ainda que mínimas – com limites, dilemas e contradições –, de alternativas ao cenário do trabalho digital.

Referências

- ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARVIDSSON, A. Facebook and Finance: on the social logic of the derivative. **Theory, Culture & Society**, v. 33, n. 6, p. 3-23, 2016.
- BALDWIN, J. In Digital We Trust: bitcoin discourse, digital currencies, and decentralized network fetishism. **Palgrave Commun**, v. 4, n. 14, 2018.
- BEER, D. The Social Power of Algorithms. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.
- BEER, D. **The Data Gaze**. London: Sage, 2019.
- BERARDI, F. **The Uprising**: on poetry and finance. Cambridge: MIT Press, 2012.
- BRAGA, J. C. de S. Financeirização global: o novo padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro**: economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242.

- BROUSSARD, M. **Artificial Unintelligence**. Massachusetts: MIT Press, 2018.
- BROWN, W. **El Pueblo sin Atributos**. Barcelona: Malpaso, 2016.
- BUCHER, T. The Algorithmic Imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 1, p. 30-44, 2017.
- CASILLI, A. **En Attendant les Robots**: enquête sur le travail du clic. Paris: Seuil, 2019.
- CASILLI, A.; POSADA, J. The Platformization of Labor and Society. In: GRAHAM, M.; DUTTON, W. (Orgs.). **Society and the Internet**. Oxford: OUP, 2019, p. 293-306.
- CODAGNONE, C.; KARATZOGIANNI, A.; MATTHEWS, J. **Platform Economics**: rhetoric and reality in the "sharing economy". London: Emerald, 2019.
- COHEN, N. S.; DE PEUTER, G. "I work at Vice Canada and I need a union": organizing digital media. In: ROSS, S.; SAVAGE, L. (Eds.). **Labour Under Attack**: anti-unionism in Canada. Nova Escócia: Fernwood, 2018, p. 114-128.
- COULDRY, N.; HEPP, A. **The Mediated Construction of Reality**. London: Polity Press, 2017.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. **The Costs of Connection**. Palo Alto: Stanford, 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE MARCHI, L. Como os algoritmos do YouTube calculam valor? Uma análise da produção de valor para vídeos digitais de música através da lógica social de derivativo. **MATRIZES**, v. 12, n. 2, p. 193-215, 2018.
- DENIS, J. **Le Travail Invisible des Données**: éléments pour une sociologie des infrastructures scripturales. Paris: Presses de Mines, 2018.
- DYER-WITHEFORD, N. **Cyber-Proletariat**: global labour in the digital vortex. London: Pluto Press, 2015.
- DYER-WITHEFORD, N.; KJOSEN, A.; STEINHOFF, J. **Inhuman Power**: artificial intelligence and the future of capitalism. London: Pluto Press, 2019.
- EUBANKS, V. **Automating Inequality**. New York: St Martin's, 2017.
- FISHER, M. **Capitalist Realism**: is there no alternative? Winchester: Zero Books, 2011.
- FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v. 5, n. 8, p. 45-67, jan./jun. 2017.
- FUCHS, C. **Social Media**: a critical introduction. 2. ed. London: Routledge, 2017.



FUCHS, C.; SANDOVAL, M. Digital workers of the world unite! A framework to critically theorising and analysing digital labour. **TripleC**, v. 22, n. 2, p. 486-563, 2014.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018a.

GILLESPIE, T. **Custodians of the Internet**: platforms, content moderation and the hidden decisions that shape social media. New Haven: Yale University Press, 2018b.

GRAHAM, M.; WOODCOCK, J. Towards a Fairer Platform Economy: Introducing the Fairwork Foundation. **Alternate Routes**, v. 29, p. 242-253, 2018.

GRAHAM, M.; ANWAR, M. The Global Gig Economy: towards a planetary labour market? **First Monday**, v. 24, n. 4, 2019.

GRAY, M.; SURI, S. **Ghost Work: how to Stop Silicon Valley from Building a New Global Underclass**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.

GROHMANN, R. Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 19-32, 2018.

HARTMANN, H. et al. **Women, Automation and the Future of Work**. London: IWPR, 2019.

HARVEY, D. **A Loucura da Razão Econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HELLMOND, A. The platformization of the web: Making web data platform ready. **Social Media & Society**, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2015.

HUWS, U. **Labor in the Global Digital Economy**. New York: Monthly Review Press, 2014.

HUWS, U. et al. **The Platformisation of Work in Europe**. Brussels: Foundation for European Progressive Studies, 2019.

KALIL, R. **Capitalismo de Plataforma e Direito do Trabalho**: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LAPAVITSAS, C. **Profiting without producing**: how finance exploits us all. New York: Verso, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATZAT, L. **Atlas of Automation**: automated decision-making and participation in Germany. Berlin: Algorithmwatch, 2019.

MÖHLMANN, M.; ZALMANSON, L. Hand on the Wheel: navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS, 38., 2017, Seoul. **Proceedings [...]** Seoul: ICIS, 2017.



MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MURDOCK, G. Media Materialities: for a moral economy of machines. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 359-368, 2018.

NIEBORG, D.; POELL, T. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, 2018.

NOBLE, S. **Algorithms of Oppression**: how search engines reinforce racism. New York: NYU Press, 2018.

PASQUALE, F. **The Black Box Society**. Harvard: HUP, 2015.

PINTO, Á. V. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

POIER, S. My Boss is An App: an auto-ethnography on app-based gig economy. **Émulations**, n. 28, p. 23-29, 2018.

RAVENELLE, A. **Hustle and Gig**: struggling and surviving in the sharing economy. Berkeley: University of California Press, 2019.

RIZEK, C. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, v. 11, n. 21, p. 49-58, 2006.

ROBERTS, S. **Behind the Screen**: content moderation in the shadows of social media. New Haven: Yale University Press, 2019.

ROMERO, C. A **Empresa Uber**: um estudo de caso sobre a nova organização do trabalho. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ROSENBLAT, A. **Uberland**: how algorithms are rewriting the rules of work. Berkeley: University of California Press, 2018.

SADOWSKI, J. When data is capital: datafication, accumulation and extraction. **Big Data & Society**, p. 1-12, Jan./June 2019.

SANDOVAL, M. Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation. **Critical Sociology**, Nov. 2019.

SCHMIDT, F. A. **Digital Labour Markets in The Platform Economy**: mapping the political changes of crowd work and gig work. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2017.

SCHOLZ, T. **Uberworked and Underpaid**. London: Polity Press, 2016.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de Plataforma**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

SCHRADIE, J. Ideologia do Vale do Silício e Desigualdades de Classe. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 86-99, 2017.

- 
- SODRÉ, M. **A Ciência do Comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. London: Polity, 2016.
- VALENTE, J. **Tecnologia, Informação e Poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- VAN DIJCK, J. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.
- VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The Platform Society**. New York: Oxford, 2018.
- VAN DOORN, N. Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017.
- WAJCMAN, J. How Silicon Valley Sets Time. **New Media & Society**, v. 21, n. 6, p. 1272-1289, 2019.
- WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- WOODCOCK, J. **Marx at the Arcade**: Consoles, Controllers, and Class Struggle. Chicago: Haymarket Books, 2019.
- ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism**. London: Profile Books, 2019.